

Arrecadação federal tem alta de 0,79% em janeiro e atinge R\$ 137,3 bi

BRASÍLIA
Agências Estado

Com o reforço do pagamento de royalties de petróleo, a arrecadação de tributos federais cresceu 0,79% em janeiro e somou R\$ 137,392 bilhões. Sem a contribuição de receitas administradas por outros órgãos que não o fisco - a grande maioria royalties - a arrecadação teria registrado queda real de 0,75% em relação a janeiro de 2016.

No mês passado, o governo arrecadou R\$ 5,494 bilhões em receitas administradas por outros órgãos, dos quais R\$ 5,129 bilhões foram em royalties, aumento de 69,68%. O chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, disse que a arrecadação de royalties em janeiro deste ano voltou ao nível "nor-

mal", retomando o patamar anterior a 2016, que foi mais baixo do que a média.

No fim de 2016, o governo anunciou que iria arrecadar R\$ 800 milhões com a venda do óleo do campo de Libra e de áreas contíguas a campos do pré-sal na Bacia de Santos em 2017. A estimativa considerava os valores retroativos de 2015 e 2016 e a projeção para 2017, pois a política para comércio de óleo e gás natural da União foi aprovada em dezembro.

CRESCIMENTO

Malaquias disse que a trajetória da arrecadação é "levemente ascendente", mas ainda não é possível saber se haverá crescimento real este ano. Ele destacou o aumento do recolhimento de Imposto de Renda e

da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em janeiro, principalmente no montante pago pelo setor financeiro, que subiu 21,09%.

Já para o professor do Instituto de Economia da **Unicamp** Geraldo Biasoto Júnior, apesar da alta, a receita de tributos ligada à atividade econômica segue "péssima". Segundo ele, os resultados seguiram restritos aos tributos sobre instituições financeiras e na retenção ocorrida na fonte. "Fica difícil avaliar se o cenário de que já tínhamos atingido o fundo do poço no final do ano passado era aquele mesmo", afirmou Biasoto Jr.

REFORMA

O relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, Luiz Carlos Hauly (PS-

DB-PR), defendeu um "amplo Refis" antes de aprovação de leis modificando os impostos no país. Ele afirmou que isso será feito com a reformulação, pelo Congresso Nacional, do Programa de Regularização Tributária (PRT), previsto na Medida Provisória 766/17. A medida será analisada por comissão mista, que ainda não foi instalada.

"Esse Refis que o governo mandou não resolve o problema da maior crise econômica que vivemos. Vamos reformular com um Refis federal amplo. Para ter reforma tributária, tem que ter um "Super Refis", completou. Hauly defendeu que Estados e municípios também façam amplos programas de regularização de débitos antes da reforma tributária.

Outros deputados também defenderam a ampliação do PRT. O governo afirma que o programa não é um Refis por não perdoar juros e multas, justamente o que é criticado pelo setor empresarial e deve sofrer mudanças na tramitação, a exemplo do que ocorreu em programas anteriores. "Temos que mudar esse Refis completamente, do jeito que está aí não vai resolver nada", completou o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF).

O relator começou a apresentar no fim da manhã de ontem os principais pontos do relatório preliminar sobre a reforma tributária. Entre as mudanças estão a extinção e unificação de tributos e a criação de uma nova contribuição sobre movimentação financeira. "A regra de ouro é manter

a carga tributária nos 35% que é hoje. Não vai ter perda de receita para União, Estados e municípios", garantiu.

A intenção do relator é apresentar, logo após o carnaval, a minuta do anteprojeto de reforma tributária, que será colocada em audiência pública por 15 dias. A ideia é dividir a reforma em dois tempos: em um primeiro momento, serão feitas as mudanças constitucionais, que não alteram o montante arrecadado. Depois, serão feitas as modificações nas leis complementares, que é onde se tratará das alíquotas dos tributos. "Sou favorável a não fazer nada abrupto", acrescentou. Hauly defendeu a criação de um novo tributo nos moldes da CPMF e disse que parte da arrecadação poderá ser utilizada para a Previdência Social.